

O PS diz Não à Transparência e ao Rigor !

02-Nov-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Â

Nas Ãltimas dÃcadas tÃm-se intensificado, em Portugal, os sinais de descrenÃsa na gestÃo da res publica. Esta crise de confianÃsa deve-se, em grande medida, ao facto de os Ã sucessivos aumentos de impostos â€œcegosâ€• Ã nÃo serem contrapartida o prometido fim da espiral da crise. Ao contrÃrio, a mÃ gestÃo dos recursos pÃblicos, o favorecimento de interesses instalados, a falta de transparÃncia e as gritantes desigualdades na distribuiÃo da riqueza tÃm arrastado o paÃs para sucessivas crises financeiras e econÃmicas com a conseqüente degradaÃo da qualidade de vida dos portugueses.

Ã NÃo deixa de ser curioso o facto de dirigentes partidÃrios de forÃas polÃticas que contribuÃram para este estado de coisas virem, agora, pÃr em causa a Sustentabilidade do Estado Social e apresentar como soluÃo, ainda que de forma encapotada, a sua transformaÃo num Estado MÃnimo.

Ao contrÃrio, consideramos que o Estado nÃo pode demitir-se das obrigaÃes para com os seus cidadÃos e esquivar-se ao pagamento de uma enorme dÃvida social, para o que Ã necessÃrio acabar de vez com o desperdÃcio e adoptar prÃticas orÃsamentais pautadas pela equidade, rigor e transparÃncia.

Â

Foi por isso que o Bloco de Esquerda apresentou a proposta de projecto de Lei que consagra a OrÃsamentalÃo de Base 0 para 2012, aprovada no dia 29 de Outubro, na Assembleia da RepÃblica. O projecto de lei teve os votos favorÃveis do Bloco, do PSD e dos Verdes, a abstenÃo do Partido Comunista e do CDS-PP, e os votos contra do Partido Socialista.

A transparÃncia orÃsamental, o combate ao despesismo nos serviÃos e empresas pÃblicas e a adequaÃo dos serviÃos Ãs necessidades dos cidadÃos constituem os pilares em que assenta o projecto de lei. A pertinÃncia destes objectivos Ã explicou o voto favorÃvel da maioria dos deputados, mas nÃo Ã entusiasmo dos socialistas, que votaram, sozinhos, contra a proposta!

O OrÃsamento de Base Zero obriga os serviÃos do Estado, as empresas pÃblicas e as entidades financiadas pelo orÃsamento a justificar as despesas previstas em funÃo de um programa de actividades a desenvolver. As propostas de orÃsamento deixam, assim, de ter como referÃncia as contas do ano anterior e tÃm que se pautar pelo rigor e transparÃncia.

A metodologia actualmente em vigor, acarreta prÃticas como a corrida Ã despesa inÃtil no final de cada ano, para evitar baixar o orÃsamento para o ano seguinte. O plano de aquisiÃo de 400 viaturas numa empresa pÃblica constitui um exemplo paradigmÃtico.

Num momento de grave crise financeira e social e de generalizada desconfiança nas contas públicas o recurso prático deste tipo assume particular gravidade e compromete o necessário investimento na qualidade dos serviços públicos, fundamental à defesa da sustentabilidade do Estado Social.

A escolha era clara – promover a transparência e a qualidade nos serviços públicos, ou apostar na persistência de práticas opacas de desperdício e favorecimento - e

o PS terá, certamente, muita dificuldade em convencer o País da bondade do seu voto!